

NOME DA PRÁTICA

809. PROJETO EMPREGA MARGARIDAS - TRT13 - PARAÍBA

LOCALIDADE

João Pessoa / PB

AUTOR(ES)

Tribunal

DATA DA SUBMISSÃO

08/05/2023

CATEGORIA

Tribunal

NOME DO TRIBUNAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª
REGIÃO

NOME DO PRESIDENTE

THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE

TELEFONE DO PRESIDENTE

(83) 999933577

NOME DO MAGISTRADO

THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE

E-MAIL DO MAGISTRADO

TOANDRADE@TRT13.JUS.BR

TELEFONE DO MAGISTRADO

(83) 999933577

NOME DO RESPONSÁVEL

JAMILLY RODRIGUES DA CUNHA

CARGO DO RESPONSÁVEL

COORDENADORA DA ASSESSORIA DE
PROJETOS SOCIAIS E PROMOÇÃO DOS
DIREITOS HUMANOS

TELEFONE DO RESPONSÁVEL

(83) 993526459

E-MAIL DO RESPONSÁVEL

JCUNHA@TRT13.JUS.BR

ASSUNTO PREPONDERANTE

Proteção de direitos das minorias

ENDEREÇO

Rua Corálio Soares de Oliveira, S/N, Centro,
João Pessoa, PB

PRÁTICA JÁ APRESENTADA?

Não

EM FUNCIONAMENTO DESDE

1/2023

WHATSAPP

(83) 993526459 - JAMILLY RODRIGUES DA CUNHA

FACEBOOK

facebook.com/trt.pb

INSTAGRAM

@trt13paraiba

YOUTUBE

@TRT13AOVIVO

TWITTER

@trt13pb

DESCRIÇÃO RESUMIDA

O Projeto Emprega Margaridas é uma iniciativa do Tribunal do Regional do Trabalho da 13ª Região - TRT13, com objetivo de promover formação humanizadora e técnica, bem assim o encaminhamento para a empregabilidade. Tem como público prioritário meninas e mulheres quilombolas ou pertencentes às comunidades periféricas marcadas por altos índices de vulnerabilidade social, em João Pessoa e cidades do interior da Paraíba que sediam varas do TRT13. A iniciativa parte dos princípios do Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos, o qual, instituído pelo CNJ, “consiste na adoção de medidas variadas voltadas para a concretização dos direitos humanos no âmbito do Poder Judiciário”. Nesse sentido, o Projeto tem tornado o TRT um espaço de promoção dos direitos fundamentais daquelas meninas e mulheres, cujas trajetórias são marcadas pela exclusão social e pelo não acesso decente à profissionalização. O Emprega Margaridas vem possibilitando a democratização do aprendizado digno, por meio da inovação das práticas mobilizadoras do Tribunal, articulado cada vez mais com organizações sociais e instituições formadoras, a exemplo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), para a realização do processo formativo, assim como com organizações governamentais, para a garantia do encaminhamento das formandas ao mundo do labor. Esse potencial articulador tem gerado resultados efetivos, o que se evidencia com a contratação de participantes em empresas na condição de aprendiz - fruto da parceria do TRT 13 com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) - ou, até mesmo, na qualidade de empregado regular. Acreditamos que a promoção da formação em direitos humanos e a democratização do acesso à empregabilidade têm gerado a produção de uma cultura institucional acolhedora das diferenças e promotora da dignidade humana das mulheres quilombolas e periféricas, as chamadas “margaridas”.

PROBLEMA A SER RESOLVIDO

O acesso ao universo da aprendizagem, da formação profissional e da empregabilidade das mulheres negras no Brasil, e mais notadamente na Paraíba, é um problema social produzido historicamente. De acordo com os dados do 2º trimestre de 2022 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE, tem-se que, na Paraíba, 61,9% das mulheres negras encontram-se em situação de trabalho desprotegido e que 41,8% estão em condição de subutilização nas atividades laborais. Esse processo também é marcado pela dificuldade de adolescentes e jovens negras usufruírem do direito à aprendizagem e terem acesso às oportunidades dignas no mundo do trabalho. Para enfrentar esse grave problema, o TRT-13 criou e instituiu o Projeto Emprega Margaridas, que, ao promover ações de formação e encaminhamento ao mundo da empregabilidade, objetiva contribuir com a mudança desse cenário de desigualdade étnico-racial e de gênero. Nesse contexto, em que a mobilização é fundamental, o Tribunal articulou ações, com órgãos governamentais, empresas e representantes da sociedade civil organizada, voltadas para os quilombos de Paratibe, Ipiranga, Gurugi e Mituaçu, além dos territórios do Alto do Mateus e Muçumagro, localizados na grande João Pessoa. Registra-se que, até o início da implantação do Emprega Margaridas, essas comunidades não tinham recebido projetos sociais dirigidos para a promoção dos direitos humanos no âmbito da Justiça Social do Trabalho. Antes das ações executadas, o público enfrentava a ausência e o distanciamento das instituições públicas, as quais deveriam estar comprometidas com a minimização ou resolução do problema da falta de oportunidades nos campos da profissionalização e do encaminhamento para o mundo do trabalho.

QUAL A PRINCIPAL INOVAÇÃO DA SUA PRÁTICA?

A inovação da prática consiste na realização de ações mobilizadoras em rede, nos campos da formação profissional e do encaminhamento para o mundo do trabalho decente, tendo como foco as mulheres quilombolas e moradoras das comunidades vulneráveis localizadas na grande João Pessoa. Esse processo é também inovador por agregar, para a realização de tais ações, instituições públicas de ensino superior, entidades formadoras do processo de aprendizagem, representantes da sociedade civil e órgãos que executam serviços de intermediação de vagas de trabalho nas empresas. A novidade também incide na própria concepção de trabalho digno e decente, o qual reconhece a sociodiversidade identitária das mulheres, haja vista que o processo técnico-profissional é fundamentado nos princípios da dignidade humana. A iniciativa também inova ao fazer o TRT da 13ª Região aproximar-se institucionalmente das populações excluídas historicamente, as quais passam a perceber o Tribunal e o Sistema de Justiça como um ambiente acolhedor, um verdadeiro lócus de promoção da justiça social, em especial para as mulheres que enfrentam as mais diferentes violações de direitos humanos.

EXPLIQUE COMO SUA PRÁTICA CONTRIBUI PARA O APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA

O Emprega Margarida contribui para minimizar os problemas de acesso à aprendizagem profissional e a oportunidades dignas ao mundo da empregabilidade, questões que se apresentam como obstáculos estruturais para meninas e mulheres quilombolas e moradoras da periferia. O cenário de falta de acesso à educação básica de qualidade e outras violações de direitos enfrentadas no cotidiano dessas meninas e mulheres é mais agravante. Elas, as margaridas, muitas vezes são levadas a reproduzir o ciclo de precarização do mundo do trabalho vivido por suas mães e avós, e buscam resistir às diferentes formas de violências reproduzidas historicamente. Nesse contexto, o Emprega Margaridas aprimora o sistema de justiça ao fazer o TRT13 aproximar-se de um dos segmentos populacionais mais excluído socialmente. Ressalta-se ainda a dimensão preventiva e educativa tanto para as margaridas, quanto para as empresas envolvidas no Projeto, uma vez que os esclarecimentos passados nas disciplinas e palestras acerca do combate ao trabalho infantil e promoção do trabalho decente e seguro mitigam a possibilidade de futuros processos trabalhistas.

COMO SUA PRÁTICA ATUA NA DEFESA DA DEMOCRACIA E DO ESTADO DE DIREITO?

Promover o acesso das meninas e mulheres quilombolas ao Projeto Emprega Margaridas é democratizar as oportunidades de aprendizagem e de trabalho decente. Democracia, cidadania e direitos humanos, inclusive, são temas abordados na matriz curricular da referida iniciativa. Ademais, permitir que as “margaridas” quilombolas, negras e periféricas transitem no espaço do Tribunal é democratizar o próprio acesso ao Sistema de Justiça, por meio de uma ação acolhedora e inclusiva que ao mesmo tempo valoriza o pertencimento étnico-racial delas. Garantir o acesso e a permanência de tais meninas e mulheres no projeto, do início ao fim, apresenta-se como uma forma de efetivar a democracia como direito humano às oportunidades produzidas no mundo da profissionalização decente e digna, conforme estabelecem os princípios constitucionais insculpidos no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Estatuto da Juventude.

EXPLIQUE COMO OCORREU O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA PRÁTICA.

O Projeto Emprega Margaridas vem sendo executado a partir de etapas que se articulam entre si. Inicialmente, o TRT da 13ª Região, por meio da Assessoria de Projetos Sociais e Promoção dos Direitos Humanos - Aspros, promoveu o processo de escuta ativa com as comunidades quilombolas e a periferia da grande João Pessoa, a fim de entender seus problemas sociais e suas demandas, com o objetivo de produzir um pré-diagnóstico do cenário social acerca das violações dos direitos humanos nos mundos do trabalho. Esse processo foi marcado pela constatação de ausência de oportunidades de qualificação profissional para mulheres adolescentes e jovens e pela verificação da dificuldade de encaminhamento destas para a empregabilidade, dado que muitas tinham o trabalho doméstico informal como única opção de atividade laboral. A partir da escuta ativa, o Tribunal passou a produzir e formar o processo de institucionalização interna e de construção de parcerias com as instituições formadoras e com os órgãos governamentais que prestam serviços de intermediação de vagas de trabalho em empresas e indústrias na região. No que tange ao processo de institucionalização interna, foram realizadas reuniões, planos e normativos dirigidos aos projetos sociais do Tribunal, seguidos da elaboração de uma proposta pedagógica fundamentada nos princípios dos direitos humanos, justiça social e trabalho decente. No que concerne às parcerias com as instituições e órgãos, priorizou-se o diálogo com entidades públicas de ensino, pesquisa e extensão, a exemplo da Universidade Federal da Paraíba, o que resultou no importante engajamento do Projeto Meninas na Ciência da Computação, alocado no Centro de Informática da referendada instituição. A escolha de tal parceria processou-se com base na escuta ativa, quando as próprias lideranças comunitárias apontaram a necessidade de formação no mundo da tecnologia da informação, tendo em vista o fato de a exclusão digital ser uma realidade no cotidiano das meninas e mulheres quilombolas. A matriz curricular também contou com temáticas sobre racismo estrutural, empoderamento feminino, trabalho decente, direitos humanos, democracia, empreendedorismo social, entre outras. As aulas foram ministradas por profissionais de instituições parceiras, a exemplo da OAB e SEBRAE, e também tiveram a participação de servidores do Tribunal e de outros cidadãos, que, em caráter voluntário, puderam contribuir com o objetivo do Projeto. As turmas foram realizadas em João Pessoa e Campina Grande, contando com a articulação dos movimentos sociais e das próprias lideranças quilombolas. Quanto ao encaminhamento para o processo de empregabilidade, foram realizadas parcerias com o Sistema Nacional de Emprego (SINE), responsável por garantir o cadastramento das participantes no sistema público de emprego e por realizar vivências formativas voltadas para a inserção no mundo do trabalho, a exemplo da oficina para elaboração de currículo, desenvolvimento da oratória e preparação para processos seletivos de emprego. Em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), foram apresentados os programas de aprendizagem e encaminhadas adolescentes e jovens às vagas disponíveis. Esse processo também é marcado pelo acompanhamento da equipe do TRT 13, que monitora as etapas de seleção e contratação das meninas, nas diversas empresas recomendadas pelos órgãos parceiros. Este processo também é marcado pelo apoio prestado pela equipe da Aspros, que vem assistindo as participantes no processo de regularização documental e por reuniões pedagógicas entre os agentes envolvidos. É importante registrar que os espaços do próprio Tribunal e da sua Escola Judicial tornam-se cenário para as vivências das formações e dos encontros com as instituições parceiras e passam a ser ressignificados pelas meninas e mulheres, transformando-se, assim, em um lócus de produção de conhecimento e oportunidades e, ainda

QUAIS OS FATORES DE SUCESSO DA PRÁTICA?

O Projeto Emprega Margaridas vem conquistando espaços cada vez mais legítimos no cenário local e regional. Ao longo de sua execução, assistimos à produção de uma rede mobilizadora de instituições governamentais e não governamentais. As ações formativas foram destinadas a mais de 140 (cento e quarenta) meninas e mulheres. A primeira edição contou com a participação de 22 (vinte e duas) integrantes, das quais 36% já foram contratadas na condição de aprendiz por empresas localizadas em João Pessoa. Registre-se que mais de 80 (oitenta) participantes estão sendo direcionadas ao Feirão da Empregabilidade, evento promovido pela Prefeitura de João Pessoa. Além disso, o TRT13 criou um banco de “currículos sociais” na sua página institucional, a fim de que as empresas possam acessar as participantes do Projeto. Essa espécie de currículo, além das informações mais comuns, conta também com um espaço destinado às trajetórias das meninas e mulheres, destacando as suas atuações nas comunidades em que vivem. É importante destacar ainda que o processo de avaliação do Projeto deu-se de forma contínua e estendeu-se pelas etapas de autoavaliação (reuniões internas), avaliação das participantes (finalização do processo formativo) e dos parceiros (processo formativo e de seleção), revelando os impactos sociais do Projeto no cotidiano das meninas e mulheres. De acordo com Josiane Pereira da Silva Santos, liderança do Quilombo Paratibe, o Projeto é uma “referência no cotidiano da comunidade”, tornando-se uma forma de “esperança para as famílias quilombolas”. Para a participante Talita Silveira, do Quilombo de Mituaçu, o Projeto teve um impacto muito positivo na sua vida, “pois foram dias de engrandecimento pessoal e empoderamento, sem contar que foi o meio de se preparar para o mercado de trabalho”. Segundo Vilma Correia, assistente social da comunidade de Alto do Mateus, “o Projeto Emprega Margaridas é um sopro perfumado na vida de mulheres que só precisam de uma oportunidade para escreverem suas próprias histórias”.

QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?

As dificuldades consistem na própria condição de vulnerabilidade econômica em que a maioria das meninas e mulheres encontram-se, o que se verifica pela insegurança alimentar e restrições para locomoção, quadro agravado pela desassistência estatal. Isso levou o TRT13 a promover parcerias para o acesso e permanência das participantes no processo formativo. Nesse contexto, é relevante registrar a importância do apoio de entidades públicas e privadas na viabilização do transporte das participantes, além da atuação de parceiros estratégicos no diálogo com as comunidades, a exemplo de associações e líderes comunitários que auxiliaram nos processos de mobilização. Outro ponto de destaque é o fato de que muitas das meninas e mulheres participantes do projeto não conheciam o TRT13 e mantinham uma relação de distanciamento em relação ao Sistema de Justiça, o que lhes gerava insegurança para a ocupação de tais espaços. Portanto, como visto, foi necessário quebrar as barreiras físicas e psicológicas que existiam entre o Tribunal e a população que vive em maior situação de vulnerabilidade no Estado da Paraíba.

EQUIPE

15 servidores do TRT13, sendo 07 da Aspros, 02 da Tecnologia da Informação, 03 da Assessoria de Comunicação social, 03 dos serviços gerais. 02 Professores e 10 alunas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). 02 profissionais do Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE. 02 palestrantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). 03 profissionais do Sistema Nacional de Emprego (SINE). 01 profissional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

EQUIPAMENTOS E SISTEMAS

Computadores do Laboratório de Informática da Escola Judicial, Data-show, aparelho multimídia.

ORÇAMENTO

Orçamento próprio do TRT 13 com apoio de parceiros.

OUTROS RECURSOS

NÃO SE APLICA.

COMO VOCÊ FICOU SABENDO DAS INSCRIÇÕES PARA O PRÊMIO INNOVARE?

redes sociais, sites

SENDO OUTRO, INFORME QUAL.

não se aplica

